Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSVP 5EGQ7 MZMP5 D33J3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE PONTA GROSSA

1ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA - PROJUDI

Rua Leopoldo Guimaraes da Cunha, 590 - Bairro Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone: (42)3309-1692 - E-mail: PG-1VJ-S@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000321-06.2013.8.16.0019

Processo: 0000321-06.2013.8.16.0019
Classe Processual: Cumprimento de sentença
Assunto Principal: Despesas Condominiais
Valor da Causa: R$3.574,10
Exequente(s): • CONDOMÍNIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL INDEPENDÊNCIA (CPF/CNPJ: 03.538.640/0001-48) representado(a) por TIBURCIO FIDÉLIS DA SILVA (RG: 9059745 SSP/PR e CPF/CNPJ: 063.114.589-34)
Executado(s): • CIARKOVSKI E CIA LTDA (CPF/CNPJ: 80.521.644/0001-64)
Terceiro(s): • FLORIANO CIARKOVSKI (CPF/CNPJ: 113.189.459-68)
• INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (CPF/CNPJ: 29.979.036/0001-40)
• Município de Ponta Grossa/PR (CPF/CNPJ: 76.175.884/0001-87)

TERMO DE PENHORA e DEPÓSITO

(Art. 844 e 845, § 1º, do Novo Código de Processo Civil)

Descrição do(s) bem(ns) penhorado(s):
Imóvel de matrícula n° 81.666 registrado no 1° Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa - PR.

Valor Atualizado da Dívida: R$ 61.784,29 em 17/06/2025 (mov. 644.2)

Identificação dos(as) depositários(as):
CIARKOVSKI E CIA LTDA (CPF/CNPJ: 80.521.644/0001-64) residente no(a) Rua Goiás, 441 Frente - Orfãs - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.010-650

Juíza: Dra. Daniela Flávia Miranda - Decisão de mov. 640.1 do Sistema Projudi

Advertências:
1) O(a) executado(a) permanecerá como fiel depositário(a) do bem acima descrito, não podendo dele se desfazer sem prévia autorização do Juízo, sob pena de se configurar fraude à execução.
2) O(a) executado(a) poderá manifestar-se no prazo de 10 dias, conforme artigo 847, do CPC.

Observação:
Este termo é documento apto para a averbação da constrição junto aos registros competentes pela parte interessada.

Ponta Grossa, 11 de agosto de 2025.

Letícia Spósito Magalhães
Técnica Judiciária
Autorizada pela Portaria nº 02/2018